

Sobre Crise Ecológica, Violência e Capitalismo no Século XXI

Alexandre Araujo Costa

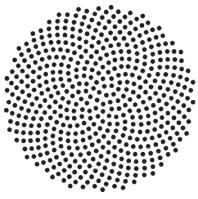
9 de Maio de 2013: os instrumentos do observatório de Mauna Loa registraram, pela primeira vez desde que as medidas se iniciaram, uma média diária de concentração de dióxido de carbono (CO₂) acima de 400 partes por milhão (ppm).

14 de julho de 2013: Amarildo Dias de Sousa, brasileiro, ajudante de pedreiro, casado com Elizabeth Gomes da Silva, pai de seis filhos, desaparece, após ser detido pela PM na Favela da Rocinha.

Como dois fatos tão distintos e aparentemente desconexos na verdade se articulam?

Da Especulação Financeira à Especulação com o Sistema Terra.

O negacionismo climático tem em comum com a lógica do mercado financeiro muito mais do que simplesmente a defesa da continuidade dos combustíveis fósseis ou o vínculo em geral facilmente identificado com a direita organizada. Envolve também uma perspectiva irresponsável, um comportamento de risco e uma linha de raciocínio de que o "estrago", em acontecendo o pior, pode ser repassado adiante, seja aos trabalhadores (que arcam sempre com o ônus de bancos "socorridos" pelo Estado ou de "bolhas" financeiras estouradas), seja às gerações futuras (a quem caberá desatar o nó da crise climática segundo os negacionistas quando estes fazem concessão, por um minuto, de sua farsa e admitem que a mudança no clima pode vir a provocar catástrofes).



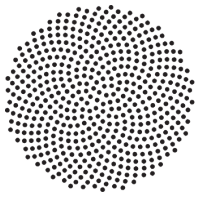
THE THOUSAND NAMES OF GAIA

from the Anthropocene to the Age of the Earth

A financeirização do capital se completou na escala global. O próprio imperialismo, que no início e meados do século era baseado fortemente nos Estados nacionais, que serviam, além de aparatos militares, como agentes econômicos centrais via capitalismo de Estado por serem estes capazes de reunirem grandes somas de capital para investimentos em infraestrutura, sofreu mudanças expressivas. Com fusões, compra de participações em outras companhias, flexibilização de regras econômicas em diversos Estados nacionais, aparecimento de acordos comerciais, etc., corporações globais se estabeleceram cada vez mais como força dominante, fortemente centradas nos bancos.

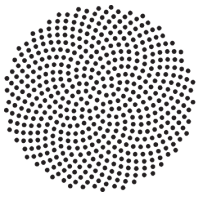
Incorporados organicamente ao mercado global os países do Leste Europeu e quebradas barreiras comerciais e restrições aos fluxos de capital, por um certo período, a reprodução capitalista adquiriu um caráter brutalmente especulativo. Não que esse traço tenha desaparecido, mas o sistema, após sucessivas crises, certamente percebeu a vulnerabilidade implicada em reprodução ampliada do capital instantânea, meramente especulativa e sem lastro nos processos de produção real de mercadoria (após rompimentos consecutivos de bolhas especulativas e quebras sucessivas de bancos, que foram socorridos novamente pelos Estados nacionais às expensas das classes que vivem do trabalho, claro!). Um certo balanço entre a – intrínseca, nesta etapa de desenvolvimento do capital – característica especulativa e a expansão da produção ou crescimento real mostrava-se necessário.

Ao mesmo tempo, exércitos produtivos imensos em potencial, particularmente o chinês, eram retirados da cama. Nesse novo encaixe econômico global, a China, que chegou a experimentar taxas de crescimento do PIB da ordem ou acima de 10% anuais por duas décadas, transformou-se no grande galpão de fábrica mundial. Ao mesmo tempo, países como o Brasil expandiram a sua fronteira de agronegócio, servindo de fazenda global (grande parte da soja brasileira – transgênica – exportada para a China vai para ser transformada em ração para porcos, cuja criação aumentou para suprir a demanda por mais consumo de carne pelos chineses). Esse novo ciclo de crescimento capitalista impôs novas pressões sobre o sistema Terra e, como mostraremos, aguçou brutalmente a crise ecológica no período recente.



Resgata-se, aqui, a ideia de que o crescimento capitalista – a não ser que este fosse “puramente especulativo” – implica em aumento da demanda por matéria-prima e energia. Como regra global, do Canadá à Rússia, do Brasil e países andinos à África, da China ao Ártico, a combinação de ataques aos ecossistemas se dá pela busca de novas jazidas de minérios e de combustíveis fósseis, pela construção de novas grandes barragens para assegurar suprimento de água seja para geração de energia, seja para os processos industriais e para irrigação (ou ainda abastecimento humano de grandes metrópoles) e pela expansão da fronteira agropecuária. É o que fez com que o nível de ocupação das terras continentais (excluindo as calotas polares) ultrapassasse os $\frac{3}{4}$ globalmente (limitando a não intervenção humana a algumas áreas desérticas ou semidesérticas e outras de floresta tropical e boreal). Paralelamente, o consumo de água doce cresceu cerca de seis vezes nas últimas cinco décadas (enquanto a população pouco mais do que duplicou no mesmo período). Nesse quadro, o número de conflitos ambientais não tem cessado de aumentar, vide levantamento da Universidade Autônoma de Barcelona que resultou no Atlas de Justiça Ambiental (disponível online em <http://www.ejatl.org/>).

Para além do crescimento da demanda “de entrada” no processo produtivo (entram matéria-prima, como constituinte material na produção, e energia, necessária para que as transformações que esta implica ocorram), há um fortíssimo crescimento nos rejeitos do processo produtivo, atestando a ruptura do metabolismo existente entre a sociedade e o restante da natureza. Esse metabolismo, como o de um ser vivo que obtém o alimento e elimina seus excretas para que estes sejam reprocessados no ambiente, deveria permanecer num estado de equilíbrio. Os fluxos de matéria e energia para dentro e para fora da sociedade (ou mais exatamente dos processos produtivos que a sustentam) deveriam se coadunar com a capacidade de reposição de recursos e de processamento de rejeitos pelo ecossistema global. Mas é evidente que isso não se dá no presente. Longe disso. A contaminação química do ecossistema terrestre é global. São exemplos o plástico nos oceanos; os metais pesados no solo, rios e penetrando por toda a biota via cadeia alimentar; o ozônio (desejável em camadas elevadas da atmosfera mas extremamente prejudicial próximo à superfície) produzido por reações fotoquímicas que se originam em motores e caldeiras de combustão e que gera smog (como o que literalmente obstrui a

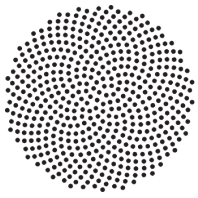


THE THOUSAND NAMES OF GAIA

from the Anthropocene to the Age of the Earth

visão em Beijing e outras grandes cidades da China e outros países)... A mudança na composição química da atmosfera se dá de forma múltipla: a quantidade de aerossóis (particulado líquido e sólido em suspensão) se multiplicou brutalmente com os processos industriais, combustão de combustíveis fósseis e queimadas; gases que não existem naturalmente agora fazem parte do ar que respiramos, particularmente os halocarbonetos (que incluem os CFCs responsáveis pela degradação da camada de ozônio estratosférico e que, em seu conjunto, são gases de efeito estufa) e as concentrações de gases como óxido nitroso (resultante da decomposição de fertilizantes e outros agroquímicos nitrogenados), metano (emitido em associação com atividades agropecuárias) e, claro, dióxido de carbono, ou CO₂. Além da influência brutal sobre o clima (os três últimos citados são gases de efeito estufa), o excesso de CO₂ na atmosfera leva a que este se dissolva nos oceanos, acidificando-os (o pH já aumentou 0,1 desde o período pré-industrial, o que implica em um aumento no nível de acidez em quase 30%). À contaminação química, soma-se a contaminação radioativa, associada aos sucessivos testes nucleares e, claro, aos acidentes e vazamentos em reatores, como os casos trágicos de Tchernobyl e Fukushima. Ao se ter a humanidade (ou mais precisamente o capital) pressionando o ecossistema global como uma força de escala geológica, interferindo decisivamente (e em vários casos de forma dominante) nos ciclos biogeoquímicos e alterando a própria termodinâmica planetária, alguns cientistas propuseram que se caracterize o presente como uma nova época geológica, distinta do Holoceno (período de cerca de 10 mil anos de estabilidade climática ao longo do qual a civilização humana floresceu): o Antropoceno, conforme a designação proposta por Crutzen e Stoermer (2000).

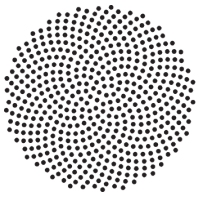
Alguns cientistas propuseram a existência de chamados limites ou fronteiras do sistema Terra, que deveriam ser respeitados(as) a fim de se manter a estabilidade do ecossistema global. Uma sistematização mais completa desses limites foi apresentada por Rockström et al. (2009) e seriam: a mudança climática, a acidificação oceânica, a degradação da camada de ozônio estratosférica, os ciclos do Nitrogênio e Fósforo, o uso de água doce, a mudança no uso e ocupação do solo, a taxa de perda de biodiversidade, as emissões de aerossóis e a contaminação química. Para alguns, os limites não chegaram a ser estimados quantitativamente, mas dos que o foram, pelo menos 3 já foram ultrapassados, a saber: o clima (a concentração atmosférica de CO₂ não deveria ter



ultrapassado 350 partes por milhão e beira os 400 ppm na média anual), o ciclo do Nitrogênio (cuja remoção da atmosfera não deveria ter ultrapassado 35 milhões de toneladas e já chega a 121 milhões) e a taxa de extinção de espécies, que é pelo menos 10 vezes maior do que a suportada pelo ecossistema global e de 100 a 1000 vezes maior do que a do período pré-industrial. Pelo menos outros dois limites se encontram muito próximos de serem ultrapassados (a quantidade de Fósforo fluindo para os mares, que já é cerca de 80% do valor “permitido” e o nível de acidez dos oceanos do planeta avaliado pela relação com a saturação para a aragonita, mineral que compõe as conchas, os exoesqueletos e várias estruturas de um sem número de organismos marinhos, sendo que 80% da “distância” entre as condições pré-industriais e o limite seguro já foi “percorrida”). A situação de outros três está longe de ser confortável: avalia-se que dois terços da água doce globalmente disponível já esteja comprometida com atividades humanas, principalmente agropecuária e processos industriais e de geração de energia, além do uso doméstico, a concentração de ozônio na estratosfera, não pode cair em mais do que 2,4% e, como citamos, ultrapassamos os três quartos na proporção de ocupação das terras continentais. Dois limites (referentes às emissões de aerossóis e à contaminação química do ecossistema global) não foram estimados quantitativamente.

Como bem coloca Cribb (2011), “um animal que coloca em risco seu próprio futuro e o de outras formas de vida e ecossistemas não merece sequer um *sapiens*, que dirá os dois que hoje carregamos”¹. Mas esta irracionalidade é manifestação última de um modo de produção específico, desde a bem conhecida “anarquia da produção”. A ultrapassagem perigosa dos limites do Sistema Terra funciona, nesse sentido, com a mesma lógica especulativa aplicada ao sistema financeiro, ao mercado de ações e outros. Como muitos capitalistas no próprio mercado financeiro, globalmente, em relação à natureza, o capital age de forma arriscada, irresponsável, na prática se baseando na expectativa de que as probabilidades se materializem a seu favor. Especula-se com as

¹ *Homo sapiens* foi a designação de nossa espécie dada por Carl Linnaeus. *Homo sapiens sapiens*, com a inclusão da subespécie, mesmo sendo a nossa a única sobrevivente, nos diferencia de outros primos muito próximos, como o *Homo sapiens idaltu* (White et al., 2003).



THE THOUSAND NAMES OF GAIA

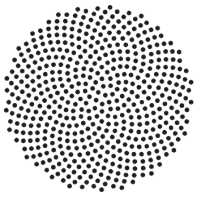
from the Anthropocene to the Age of the Earth

(extremamente baixas) chances de que se possa ultrapassar a concentração segura de CO₂ ou de ozônio estratosférico e, com a “graça” de alguma tecnologia ainda não existente, se possa ou retornar a patamares seguros no futuro ou resistir aos impactos. A aposta, baseada apenas no desejo, nas possibilidades de “adaptação” é falsa, ignora as leis da Física e a dinâmica biogeoquímica dos sistemas naturais. Não considera, ao contrário do que se deveria, as chances muitíssimo maiores de que as mudanças ora em curso marchem no rumo da irreversibilidade e que sejam profundamente danosas, a curto, médio e longo prazo para a humanidade e, porque não dizer, toda a complexa teia de vida que recobre o planeta. Agentes de transformação social profunda, revolucionária, em consonância com seu tempo, neste século XXI, precisam fugir dessa lógica antimaterialista, irresponsável e especulativa, dessa fé cega em alguma solução tecnológica milagrosa, de que se tem o “controle da situação”. É preciso pensar de maneira radicalmente distinta da lógica do capital, não só acerca das relações entre nós, humanos, mas acerca da nossa relação com o restante da natureza.

De 400 ppm a Amarelo

Além da proximidade de datas, há muito mais vinculando o recorde de concentração de CO₂ e a tragédia de Amarelo: o atual estágio do capitalismo mundial. Tal sistema pretende (na verdade, depende de) um crescimento indefinido, resultando num aumento continuado da demanda por matéria-prima e energia.

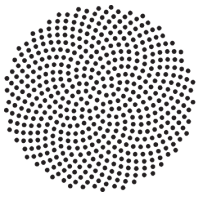
Mas nenhum processo pode permanecer, em se dando dentro de um sistema limitado, apresentando crescimento exponencial, isto é, em progressão geométrica. Isso é fácil de ilustrar se considerarmos uma “economia” hipotética, cujo PIB se inicie com o valor unitário e cresça a uma taxa de meros 3%, que, em alguns casos, os “brilhantes” economistas capitalistas consideram bastante modesta e que David Harvey (HARVEY, D., 2010) aponta como o patamar de crescimento mínimo para sobrevivência do sistema. Ao longo dos anos, o tamanho dessa economia que cresce a 3% aumentará conforme a sequência [1 – 1,03 – 1,0609 – 1,092727...]. No vigésimo ano, ela já será 75% maior do que no ponto de partida e no 39º ano terá triplicado de tamanho. Após 79 anos, será 10 vezes maior e em um século terá se expandido mais de 18 vezes. No final desse primeiro século bastam 2 anos para que a economia tenha crescido (não em termos relativos, mas em



termos absolutos) aquilo para o que eram necessários 25 anos, no início. Dois séculos de crescimento depois, o PIB já é 369 vezes maior do que aquele do começo da brincadeira. Importante frisar: não importa quão pequena seja a taxa de crescimento (se de 10%, 3%, 1%); por ser exponencial, em algum momento valores impressionantemente altos e, como mostraremos, proibitivos, emergem.

Se percebermos que a economia e a sociedade não pairam no ar, mas se sustentam em cima de uma realidade material, imediatamente associamos esse crescimento econômico a demandas cada vez maiores por matéria-prima e por energia. Voltando ao exemplo anterior, se no início de nossa simulação a produção de uma tonelada de aço e a geração de 1MW (Mega-Watt) de energia eram necessárias para sustentar a economia, ao final – mantidos os bens, máquinas, tecnologias, demandas de produção e consumo do início – serão precisos exatamente 369 toneladas de aço e 369 MW de energia, ao final. É evidente que variáveis diversas podem fazer com que tal proporção não se mantenha (novas tecnologias, mais eficiência energética e ou de processos industriais), mas certamente não são capazes de impedir o crescimento total da demanda material e energética (na verdade, alguns fatores podem jogar na direção contrária, como a dificuldade maior em encontrar determinados recursos escassos ou de extraí-los, etc.).

A que tem levado o crescimento exponencial da economia capitalista, além da ultrapassagem dos limites elencados anteriormente? “A massa anual de sedimento realocado por intervenção humana direta provavelmente é da escala de todo o transporte de sedimento fluvial depositado globalmente nas águas oceânicas costeiras, ou aproximadamente 15 ± 0.5 Gt/a (bilhões de toneladas por ano)” (Syvitski e Kettner, 2011). A edição 2012 do Relatório Planeta Vivo, da Rede WWF, por exemplo, indica que a demanda humana por recursos naturais sobe vertiginosamente e chega a 50% a mais do



THE THOUSAND NAMES OF GAIA

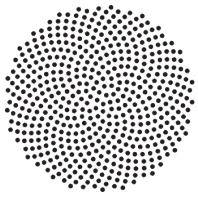
from the Anthropocene to the Age of the Earth

que o planeta pode suportar e que “no ritmo atual, a humanidade precisará de 2,9 planetas até 2050”² (WWF, 2012).

A pressão por novos “recursos naturais”, portanto, é enorme. No campo, isso implica em expulsar comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais, etc., de suas terras, a fim de abrir caminho para a exploração de combustíveis fósseis, a mineração em geral, a construção de grandes barragens ou a expansão do agronegócio. Nas cidades, significa expulsão de comunidades pobres de regiões de interesse imobiliário, destruição de áreas verdes, intensificação das desigualdades, segregação social e repressão a movimentos contestatórios. Em ambos os casos, é evidente que a solução adotada pelas classes dominantes, por conta da pressa e da fome insaciável (e que cresce exponencialmente) da parte do “hamster impossível”, é, cada vez mais frequentemente, a da força.

À demanda de mais matéria e energia para o processo produtivo, segue-se o aumento na quantidade de rejeitos “metabólicos” (metais pesados, material radioativo, gases de efeito estufa, aerossóis, etc.). Dentre estes rejeitos, ainda que muitos dos outros sejam diretamente mortais, o aumento da concentração de CO₂ é particularmente relevante, primeiro por seu efeito ser ubíquo, universal e de longo prazo (na verdade seu efeito não é sentido todo imediatamente; sua permanência levando a um desequilíbrio energético planetário com aquecimento crescente e aumento de temperatura posterior às suas emissões). Segundo, pelo ineditismo. As concentrações de CO₂ se mantiveram quase constantes, com valores próximos a 280 partes por milhão (280 litros do gás para cada milhão de litros de ar) pelos mais de 10 mil anos compreendidos entre o final da última era glacial e o início da era industrial. Do século XIX para cá, cresceram, atingindo, nos últimos dois anos, valores que chegaram a ultrapassar as 400 ppm, aumento de mais de 40% e prova inequívoca de que o sistema Terra (biota continental, principalmente

² Isto se dá sob enorme desigualdade, pois, segundo o mesmo relatório, se a humanidade vivesse como um habitante médio da Indonésia, somente 2/3 da biocapacidade planetária estaria sendo utilizada, ao passo que seriam necessárias 4 Terras para sustentar 7 bilhões de estadunidenses médios. Claro, para não falar de quantas Terras precisaríamos para sustentar 7 bilhões de pessoas com o padrão de vida dos muito ricos.

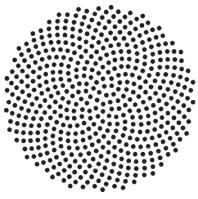


florestas, e oceano, mesmo com toda sua acidificação) não consegue processar emissões tão elevadas desse gás. Vale dizer que tais concentrações não foram tão altas em pelo menos cerca de 3 milhões de anos. Por último, e mais importante, pelas potenciais consequências no que diz respeito a alterações no clima da Terra.

É de conhecimento corrente como o excesso de gases de efeito estufa (e, em particular, o CO₂) levam a um desequilíbrio energético no planeta, ao introduzir uma **forçante radiativa**, dada pelo excedente ou déficit de energia (por unidade de área por unidade de tempo, sendo portanto medida em Watts por metro quadrado ou W.m⁻²) no topo da troposfera, ou seja, da camada da atmosfera em contato com a superfície, em relação a um período de referência, no caso, o pré-industrial ou, mais especificamente, 1750 (RAMASWAMY et al., 2001)³. Também há muitas evidências de o quanto o sistema climático é sensível a esse desequilíbrio e o quanto isso se reverte não apenas no estado médio da atmosfera (por exemplo, nas temperaturas médias globais), mas sobretudo na mudança nas estatísticas de ocorrência de eventos extremos (IPCC, 2012). Por fim, também já se mostrou claramente como os impactos de tais eventos são distribuídos de forma profundamente desigual (IPCC, 2014).

Nesse contexto, as mudanças climáticas precisam ser uma pauta central das lutas sociais, ao se vincular estreitamente à questão da desigualdade e por guardar, em si, uma perspectiva muito clara de piora das condições de vida de amplas parcelas da população em escala mundial. Ao contrário do discurso romantizado do “capitalismo verde” (contradição em termos), não estamos todos “numa mesma nave”, a não ser que tal nave nos seja uma analogia dramática com o Titanic, que efetivamente se espatifou num iceberg enquanto a orquestra tocava, mas que contava com primeira, segunda e terceira

³ De acordo com o 5º Relatório de Avaliação do IPCC, a forçante radiativa é claramente **positiva**, isto é, o sistema climático terrestre tem **acumulado** energia, em função das alterações antrópicas, a uma taxa de +2,29 W.m⁻² (1,13 a 3,33, considerando as incertezas, especialmente em relação aos aerossóis), com base em dados de 2011 em comparação com o clima de 1750. Isso é nada menos do que 46 vezes a melhor estimativa para as alterações observadas na irradiância solar no mesmo período, estimada em meros +0,05 W.m⁻² (IPCC, 2013).

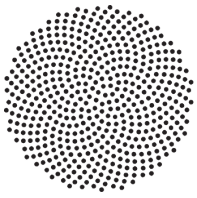


THE THOUSAND NAMES OF GAIA

from the Anthropocene to the Age of the Earth

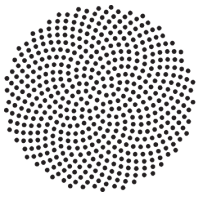
classe; no qual existiam portões que impediam os passageiros da terceira classe de terem contato com os outros e no qual o acesso aos botes salva-vidas esteve longe de ser igualitário. Tampouco é admissível a lógica recuada, a ilusão reacionária no produtivismo e desenvolvimentismo e a fé cega na tecnologia (como se esta, em si, não guardasse valor de classe) de grande parte dos segmentos que proclamam transformações profundas da sociedade. Lamentavelmente ignorantes da materialidade do mundo, incapazes de reconhecer a necessidade de salvaguardar as próprias condições de subsistência da ampla maioria da população mundial (que precisa de água, comida, energia e segurança contra eventos extremos), objetivamente abrem campo para concessões às classes dominantes. É preciso parar de “crescer” (no sentido da quantidade de bens materiais sendo produzidos e da demanda de matéria e energia envolvida) e desacelerar a locomotiva tresloucada do capital, arrancando a riqueza diretamente do punhado de bilionários que a controla. A lógica de um pensamento de esquerda envelhecido é a de que o banquete do capital pode/deve se ampliar, (de)predando o ecossistema global de forma ainda mais brutal, a fim de que caiam mais migalhas no chão, ao invés de colaborarem na construção da necessária insurgência contra o poder do capital, contra as corporações, contra a indústria de combustíveis fósseis e o sistema financeiro; na prática se voltam contra as futuras gerações, contra os povos tradicionais, contra os pequenos agricultores, contra o contingente cada vez maior de refugiados climáticos e ambientais.

A questão climática é, assim, uma questão de classe, de uma ponta à outra: na origem, pela desigualdade das emissões (somente 4 companhias – Chevron, Shell, Exxon e BP - são responsáveis por uma em cada 30 moléculas de CO₂ na atmosfera!) e nos impactos. É uma questão crucial para a classe trabalhadora, pois mitigar e frear a crise climática é pré-condição para que não herdemos da burguesia uma Terra em ruínas. Ademais, é impossível “queimar combustíveis fósseis a favor dos trabalhadores”. Só a burguesia, ensandecida que é, se dá ao luxo de explorá-los e queimá-los “como se não houvesse amanhã”, quando sabemos – o que discutiremos em seguida – que queimá-los até o fim é garantia segura de que não haverá! Uma “revolução” que se limite a mudar as relações (jurídicas) de propriedade, retirando os meios de produção da condição de propriedade individual para coletiva para mim não passa de uma “reforma radical”. É preciso ir além, atacando as relações de feticihização e alienação e, além de suprimir o



aparelho de Estado atual, há que se substituir o aparelho produtivo atual por outro em consonância tanto com a sustentabilidade do metabolismo entre a sociedade humana e o resto na natureza (vencendo a alienação em relação a ela) quanto com a necessária superação das relações alienadas entre humanos.

Ora, mas a expansão recente do capital, já mencionada, além de engendrar uma crise ecológica sem precedentes, é pautada pelo recrudescimento da violência, particularmente a de Estado. No Canadá, o grande capital ganha acesso a novas terras para expansão da extração de minérios e estabelecimento de grandes hidrelétricas para atender à demanda de aumento da geração de energia somente ao romper o acordo secular com as “first nations” (as primeiras nações) e que praticamente limitou a ocupação branca original a uma faixa relativamente estreita próxima à fronteira dos EUA. No Brasil, grandes barragens e agronegócio se unem na tentativa de expulsar populações ribeirinhas e tribos indígenas de suas terras, inviabilizando seus modos de vida tradicionais. E estes resistem com a própria vida, crescendo sem parar a lista de assassinados por latifundiários ou por forças repressoras do Estado (que, aliás, através da ABIN, não se furtou em cooperar na espionagem das atividades do Movimento Xingu Vivo, ao lado do Consórcio Belo Monte!). Nas grandes cidades de quase todo o mundo, não há como a construção civil e a especulação imobiliária abrirem novas fontes de lucro sem ser removendo populações pobres e destruindo áreas verdes! O mercado do medo (mistura apodrecida de mídia desumanizadora e que mercantiliza e banaliza a violência com o setor de segurança privada) financia e dá suporte a uma política deliberada de militarização. Mas a hipertrofia das forças repressoras de Estado (maiores, melhor equipadas e mais brutalizadas e violentas), claro, nem de longe se destina ao fim proclamado, mas se volta fundamentalmente para conter qualquer traço de resistência anti-sistêmica e para agir efetivamente a favor do capital nos processos de “higienização social” que este reivindica. Ivan Tenharim, Amarildo, Nísio Guarani-Kaiowá, Cláudia... O capital espremido pela sua própria necessidade insensata de crescer, como serpente que não cabe mais na antiga pele, se expande de forma violenta. Impõe, como nos velhos processos de invasão da América pelos europeus, a ocupação de novos espaços e a apropriação de recursos que,

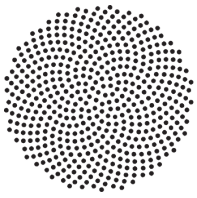


THE THOUSAND NAMES OF GAIA

from the Anthropocene to the Age of the Earth

para se tornarem acessíveis, requerem a destruição (inclusive) física dos que vivem sobre eles.

De um lado, a reedição do genocídio indígena nas Américas e os ataques a populações tradicionais nos países andinos (inclusive patrocinados por governos com posições não alinhadas aos centros do imperialismo, como o caso do Equador), no Brasil, na África, no Sul da Ásia e nos países da Oceania, etc. Do outro, a política crescente de encarceramento dos pobres e negros nos EUA e no Brasil, o extermínio da juventude e dos pobres na periferia das grandes cidades. São ambas, portanto, manifestação de um mesmo fenômeno. A urbanização, no contexto atual, é um traço marcante da atual fase de desenvolvimento capitalista (Há um século, 2 em cada 10 pessoas habitava a zona urbana e nos anos de 1990 isso ainda representava menos de 40% da população global, mas em 2010, mais da metade das pessoas já habitava as zonas urbanas e, conforme projeções da ONU, isso crescerá para 60% em 2030 e 70% em 2050) e amplifica a desigualdade, segregação e concentração dos conflitos nas cidades, ao mesmo tempo em que amplia, territorialmente, os conflitos fora delas. Isto tudo liga Amarildo aos celulares chineses e à soja transgênica invadindo a Amazônia, como as mineradoras e petroquímicas, e todas estas aos índios mortos... e estes à ocupação do Ártico e... E que liga tudo a 400 ppm de CO₂ na atmosfera. Usando o termo da etnia Hopi, quis se chamar Antropoceno, mas mostrou ser *Koyaanisq̄tsi*, palavra que, na respectiva língua, significa “vida maluca, vida em turbilhão, vida fora de equilíbrio, vida se desintegrando, um estado de vida que pede uma outra maneira de se viver”. Cribb (2011) afirma “nós deveríamos formalmente sermos renomeados [de *Homo sapiens sapiens* para outro nome] para que se descreva a espécie como ela é [ou está]: exterminando milhares de outras; liberando carbono, nitrogênio e fósforo em quantidades excedendo os ciclos naturais da Terra; destinando 50 vezes mais recursos à fabricação de armas do que para sustentar o suprimento de alimentos; destruindo florestas; degradando o solo; poluindo a água; pilhando os oceanos e danificando a atmosfera em escala planetária”, mas a irracionalidade descrita não é necessariamente inerente à sociedade humana, até porque há evidências de organizações sociais, como as de populações indígenas, em que tal equilíbrio metabólico se manteve por períodos muito longos. A irracionalidade descrita é inerente, sim, pelo exposto quanto à impossibilidade de crescimento indefinido, à forma capital.



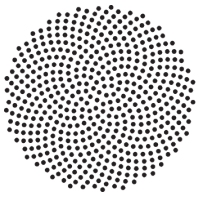
Breves Considerações Finais

Como discutimos, a demanda por matéria e energia no capitalismo tende a crescer exponencialmente, ou em progressão geométrica, face um crescimento, ainda que modesto, da atividade econômica. Tal demanda impõe pressões imensas no sentido da obtenção dos recursos naturais envolvidos e implica em uma tendência à exacerbação de conflitos.

A crise ecológica (da qual a crise climática é a faceta mais global) é uma manifestação de uma etapa de desenvolvimento capitalista em que este avança sobre as últimas fronteiras possíveis de ampliação no âmbito do planeta Terra, ultrapassando os limites naturais e predando sem freios o ambiente que sustenta a sociedade humana ao mesmo tempo em que se torna mais violento, ao investir cada vez mais claramente contra os “obstáculos ao desenvolvimento” (sejam estes os povos indígenas que “atrapalham” a expansão do agronegócio ou a mineração, ou as populações pobres localizadas nos terrenos pretendidos pela especulação imobiliária, nas cidades).

Crise ecológica e recrudescimento da violência organizada pelo Estado, mesmo nos regimes burgueses ditos “democráticos”, estão umbilicalmente unidas, como produto inevitável do crescimento capitalista (a primeira) e como único meio possível para assegurá-lo (a segunda). Ou se detém a fúria expansionista do capital (e isso implica em rever as próprias noções produtivistas-desenvolvimentistas incrustadas em boa parte do pensamento “de esquerda”), ou secas e cacetetes, enchentes e balas de borracha, furacões devastadores e repressão em massa se abaterão, ao longo deste século, com mais e mais frequência sobre a “terceira classe do Titanic”.

Referências



THE THOUSAND NAMES OF GAIA

from the Anthropocene to the Age of the Earth

Cribb, J. (2011): Taxonomy: New name needed for unwise *Homo*?, Nature 476, 282 (18 August 2011) doi:10.1038/476282b

Crutzen, P. J., and E. F. Stoermer (2000). The 'Anthropocene'. Global Change Newsletter 41: 17–18.

Harvey, D. (2010): The Enigma of Capital and the Crisis this Time, American Sociological Association Meetings in Atlanta, August 16th, 2010, disponível em <http://davidharvey.org/2010/08/the-enigma-of-capital-and-the-crisis-this-time/>, acessado em 23 de abril de 2014.

IPCC (2012): Summary for Policymakers. In: Managing the Risks of Extreme Events and Disasters to Advance Climate Change Adaptation [Field, C.B., V. Barros, T.F. Stocker, D. Qin, D.J. Dokken, K.L. Ebi, M.D. Mastrandrea, K.J. Mach, G.-K. Plattner, S.K. Allen, M. Tignor, and P.M. Midgley (eds.)]. A Special Report of Working Groups I and II of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge University Press, Cambridge, UK, and New York, NY, USA, pp. 1-19.

IPCC (2013): Summary for Policymakers. In: Climate Change 2013: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Stocker, T.F., D. Qin, G.-K. Plattner, M. Tignor, S.K. Allen, J. Boschung, A. Nauels, Y. Xia, V. Bex and P.M. Midgley (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA

IPCC (2014): Summary for Policymakers. In: Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change.

Ramaswamy, V., et al. (2001): Radiative forcing of climate change. In: Climate Change 2001: The Scientific Basis. Contribution of Working Group I to the Third Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Houghton, J.T., et al. (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, pp. 349–416.

Rockström, J. et al. (2009): A safe operating space for humanity. Nature 461, 472-475 (24 September 2009) | doi:10.1038/461472a

Syvitski J P M and Kettner A J (2011): Sediment flux and the Anthropocene. Philosophical Transactions of the Royal Society A 369: 957-975

White T.D., Asfaw B., DeGusta D., Gilbert H., Richards G.D., Suwa G. et al. (2003): Pleistocene *Homo sapiens* from Middle Awash, Ethiopia. Nature, 423:742-7.

World Wide Fund for Nature (2012): Relatório Planeta Vivo 2012, a caminho da Rio+20. Disponível online em http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/relatorio_planeta_vivo_sumario_rio20_final.pdf, acessado em 23 de abril de 2014.